

O projecto Memórias de África e do Oriente

Carlos Sangreman

O contexto do acesso a fontes até à década de 90

Tradicionalmente, e até meados da década de noventa do século passado, os investigadores em ciências sociais e de história com trabalhos relacionados com a lusofonia, em particular em temas como o colonialismo ou as guerras de libertação nacional, deslocavam-se aos países e aí passavam longos períodos quer fazendo o levantamento da informação quer estudando os próprios documentos. Não havia qualquer forma de, remotamente, saber que obras existiam ou mesmo ter acesso às mesmas. Essa forma de fazer investigação limitou muito as possibilidades de quem não conseguia simultaneamente grande disponibilidade de tempo para estar longe de casa e recursos financeiros para se manter nos países.

Com o aparecimento da WWW (World Wide Web) surgiu uma oportunidade de mudar isso. Passa a ser possível, remotamente, saber que obras existem e, dessa forma, tentar entrar em contacto com as instituições obtendo as fontes de trabalho necessárias para a investigação, com um maior número de investigadores a trabalhar nesses temas.

Se esta era a realidade em termos globais, em Portugal, e fruto do processo de descolonização, muitos acervos tinham sido deslocados das ex-colónias e trazidos para Portugal mas, as instituições, sem recursos humanos e materiais, não tinham condições de os tratar e trazer à luz do dia o seu conteúdo. Permaneciam assim fechados em caves e arquivos sem que ninguém já soubesse o que possuíam pois os técnicos que os haviam transferido já não trabalhavam nas instituições.

O desenvolvimento do projecto

É nesse contexto que por iniciativa da Fundação Portugal-África surge o projeto Memória de África. Tinha como objetivo primeiro o levantamento e catalogação de acervos documentais sobre África com ênfase particular nos PALOP e no século XX.

O trabalho inicial passou pelo levantamento dos potenciais acervos a tratar. O projeto inicia trabalhos em Setembro de 1996 executado por professores e técnicos de documentação da Universidade de Aveiro, do Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CEsA) do Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa, e, nos primeiros anos, também pelo Instituto de Investigação Científica e Tropical de Lisboa, considerado como possuindo um dos acervos mais relevantes.

Inicialmente o âmbito restringiu-se apenas a instituições em Portugal mas, progressivamente foram sendo incorporados acervos de instituições de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Mais tarde decide-se alargar o âmbito quer geográfico quer temporal do Projeto passando a abrangência dos PALOP para a lusofonia em geral e sem qualquer limite temporal. Nesse sentido, foram já tratados acervos institucionais e particulares em Goa. Passa então a denominar-se Memórias de África e do Oriente. Há países que, por dificuldades várias, ainda não foram tratados como são os casos de Angola e Brasil.

O projeto apresenta-se assim desde quase o seu início através de um portal web (<http://memoria-africa.ua.pt>) de livre acesso com registos bibliográficos, inicialmente, e com obras digitalizadas num período posterior. O financiamento tem sido assegurado maioritariamente pela Fundação Portugal África e, pontualmente, em sub-projetos muito específicos, pelo banco Caixa Geral de Depósitos (para a recolha em São Tomé e Príncipe) e pelo organismo central da cooperação portuguesa Instituto Português para a Ajuda ao Desenvolvimento, agora Camões, ICL (sobretudo para a recolha em Goa).

A digitalização

A partir de 2005, e tendo a Internet como principal veículo, verifica-se que os motores de pesquisa, como o Google por exemplo, passaram a dar acesso imediato às obras e não apenas ao local onde estas se encontram. Esta mudança de paradigma contamina também o projecto porque as pessoas nos escreviam também cada vez mais a solicitar o acesso às obras digitalizadas. Esses pedidos chegavam/chegam, sobretudo de pessoas de fora de Portugal, como por exemplo do Brasil e de Angola, e que não tinham/têm nos seus países bibliotecas com as obras catalogadas.

Desta forma, começámos então a incluir digitalizações dos livros de que tínhamos recolhido inicialmente os registos bibliográficos. Este processo, além de dispendioso, exige cuidados acrescidos do ponto de vista legal devido principalmente aos direitos de autor dessas obras. Nesse sentido iniciámos o

processo de digitalização junto de instituições que detivessem, para além das obras, os direitos legais das mesmas, sendo as mais importantes a Caixa Geral de Depósitos, que ficou com o espólio do antigo Banco Nacional ultramarino, e a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Todos os livros continuam nas instituições de origem, existindo no portal uma cópia digital da obra, os contactos necessários para quem queira consultá-las fisicamente e a informação sobre os contractos de cedência de conteúdos. Qualquer pessoa que pretenda republicar quaisquer conteúdos por nós disponibilizados carece de autorização da entidade cedente.



Subsídios para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda. 19-II, [«Campanha etnográfica ao Tchihoco (Alto-Tchicapa)» - Vol. II], José Redinha, Vol. II - 19, 1953, 222 págs.

Através desses contratos de cedência de conteúdos institucionais e ainda de cedências de autores e privados, tem sido possível disponibilizar obras que abrangem toda a coleção do Boletim Geral das Colónias, a revista do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa de Bissau, o Boletim Cultural do Huambo em Angola, os três volumes da História Geral de Cabo Verde, obras como O Oriente Português, da responsabilidade da Comissão de Arqueologia da Índia Portuguesa (1905-1920 e retomada entre 1931 e 1940) livros da escola primária do tempo colonial ou várias obras do cientista e poeta cabo-verdiano João Vário. Encontram-se ainda preciosidades para a investigação,

ensino, actividade de cooperação para o desenvolvimento ou simples curiosidade, livros de fotografias como os Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique, elaborados por José dos Santos Rufino, em 1929, etc.

Tínhamos em Dezembro de 2012, 353.991 registos bibliográficos e 343.819 páginas digitalizadas, de cerca de 2.500 livros e revistas. Trabalhámos já com cerca de 70 instituições – 35 instituições portuguesas, 25 na Índia e as restantes nos vários PALOP. Temos obras digitalizadas de Angola, Cabo Verde, Goa, Guiné, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor.

As obras mais vistas

No início disponibilizámos as obras sem dar qualquer importância às preferências dos utilizadores mas, a partir de 2011, começámos a fazer a contabilização de forma sistemática para podermos ter indicações em que direção seguir neste processo.



Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique. 03, [Lourenço Marques - Aspectos da Cidade, Vida comercial, Praia da Polana, etc.], José dos Santos Rufino, 3, 1929, 155 págs.

Podemos hoje afirmar que a coleção dos Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique (10 capas/1.188 páginas) foi “desfolhado” mais de 145 mil vezes. Isso significa que, em média, cada livro se lido de uma ponta à outra, foi já visto mais de 122 vezes. O Boletim Geral das Colónias, a nossa maior coleção (484 capas/126.788 páginas) foi visto em dois anos mais de 868 mil vezes, ou seja quase 7 vezes cada livro. Contudo, a distribuição por capa não é homogénea, Podemos ainda referir com destaque a História geral de Cabo Verde (3 capas/1.705 páginas) e, imaginando que uma obra destas se lê do início ao fim, já foi lida cerca de 48 vezes ou o Boletim Geral da Guiné Portuguesa cerca de 9 vezes (105 capas/24.208 páginas).

Há contudo um factor intangível associado a cada obra e que depende muito do interesse pessoal ou de um grupo muito específico de utilizadores. Quem é que terá interesse, por exemplo, nos boletins semanais do BNU? Esta obra, propriedade atual da Caixa Geral de Depósitos, possui os registos semanais das atividades financeiras e das matérias-primas nas colónias portuguesas onde o BNU tinha delegações e normalmente era entidade emissora de papel-moeda e já obteve a atenção para cerca de 4.000 páginas.

Angola nunca autorizou a sua biblioteca central em Luanda a fornecer-nos os seus registos ou a deixar que nós coloquemos lá alguém para o fazer. Portanto temos vários milhares de obras sobre esse país mas que estão noutras instituições noutros países. É uma cultura de retenção de informação que, com o tempo, há-de modernizar-se mas por enquanto faz com que investigadores e estudantes angolanos tenham de recorrer ao portal para verem obras sobre o seu país mas que existem noutras bibliotecas fora do mesmo. Essas obras devem existir também nas instituições angolanas mas até agora não sabemos ao certo.

Para o Brasil temos procurado quem financie a recolha directa nas instituições ou a simples incorporação de registos na forma digital mas, até agora, não foi possível avançar em qualquer direcção apesar dos esforços já desenvolvidos por professores brasileiros.